

Compartilhe

Dezembro 2015 - Nº 3

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Corrupção e Violência:

TJRJ realiza seminário e firma compromissos ⑧



Vá a Inhotim e passe a ver a arte de modo diferente ④

Sustentabilidade: é hora de salvar o meio ambiente ⑦

Apadrinhar uma criança, ato de amor ao alcance de todos ⑮



EDITORIAL

Não à corrupção

Perdemos, em setembro, o nosso saudoso Joel Rufino, diretor-geral de Comunicação que participou ativamente da criação da Revista *Compartilhe*. Mas as ideias do professor permanecem em vários projetos de comunicação que continuam se materializando no TJRJ. Comunicação com a sociedade, com os servidores e magistrados, comunicação como meio para uma vida mais justa e solidária.

Joel Rufino, presente.

Neste número 3 da Revista *Compartilhe*, demos especial atenção a dois temas de extremo valor para a humanidade: o seminário para combater a corrupção e a violência e a questão da sustentabilidade no planeta e no TJRJ.

Já que estamos no fim do ano e vêm as festas de confraternização, por que não desejarmos a todos um mundo sustentável sem violência e corrupção?

Feliz 2016.

A EDITORIA

Velho Albamar, o farol da nova Praça 15

A Perimetral saiu do cenário e a Praça 15, em obras, em breve terá outro desenho. Mas o velho e charmoso restaurante Albamar, inaugurado em 1933, há 82 anos, e em 1962 tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), não desaparecerá. Resistirá à remodelação, como há mais de meio século resistiu ao cimento-armado da Perimetral, construída em nome do progresso. O tradicional mercado de alimentos deixou, então, de existir, mas o Albamar, uma das quatro torres da área, foi poupado e continuou a servir seu cardápio variado de frutos do mar, aves, carnes e massas, além de vinhos nacionais e importados. Em meio aos destroços da obra da Praça 15, o restaurante, com o interior preservado, permanece funcionando. Sua parte externa deverá ser reformada nos próximos meses.



SERVIÇO: Albamar, Rua Marechal Âncora, 184 – Centro. Funciona de segunda a sábado, das 12h às 22h; e aos domingos, das 12h às 18h.

Processos de Euclides da Cunha à disposição do público

Para lavar a honra, o marido traído sai armado à procura do amante da mulher e acaba morto por ele. Anos depois, o filho da vítima vai se vingar e também é assassinado pelo homem que matara seu pai.

Própria de folhetim antigo, essa tragédia aconteceu de fato no Rio de Janeiro, no começo do século 20 – a 4 de maio de 1911 e a 4 de julho de 1916 –, e envolveu o escritor Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, obra-prima da literatura nacional, o aspirante da Marinha Euclides da Cunha Filho e o oficial do Exército Dilermando de Assis, assassino dos dois. Nas duas vezes, Dilermando, amante e depois

marido de Anna Emília, mulher de Euclides, foi absolvido. Na sua defesa, tanto no primeiro quanto no segundo julgamento, esteve Evaristo de Moraes, um dos maiores advogados brasileiros de todos os tempos.

O diretor do Museu do TJRJ, Marco Antônio Sampaio, informou que esses e outros processos históricos, que marcaram nossa sociedade e durante anos foram explorados pela imprensa, estão digitalizados à disposição dos interessados. Além de processos criminais, há inventários com muitas curiosidades, como os da Princesa Isabel, de Epitácio Pessoa e de Ruy Barbosa.



Ruy Barbosa

No dia 5 de novembro, Ruy Barbosa completou 166 anos. Isso mesmo, para os servidores do CCPJ-Rio, o grande jurista, político, diplomata e escritor continua vivo, tanto que eles comemoraram o aniversário com uma edição especial da visita teatralizada “Por Dentro do Palácio”.

O TJRJ na luta contra a corrupção e a violência

Não é a primeira vez – e certamente não será a última – que escrevo sobre corrupção. Para começar, digo que estamos cansados de assistir aos poderes político e econômico enveredarem, com torpeza e cinismo, entre as veias submissas da consciência social que, drogada e amorfa, se anestesia com as eternas promessas da hipocrisia dos que, num ciclo interminável, as repetem.

É hora de vencermos a letargia. Chega de declarações grandiloquentes e tristemente vazias de aberturas de

“rigorosos” inquéritos e processos que, mesmo quando concluídos com êxito, não conseguirão devolver a vida e a integridade de tantas mutilações à nossa volta.

É verdade que a legislação tem tido certa evolução (estão chegando os novos códigos penal e de processo penal) e as autoridades se esforçam para mudar o quadro. Estão aí, por exemplo, as UPPs, que, havendo a necessária agregação de políticas sociais de apoio às populações mais sofridas, podem produzir algum resultado.

Mas, não vamos negar, ainda há muito – muitíssimo – a se fazer. Ciente disso, e atento às demandas da sociedade, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro realizou, no final de setembro e início de outubro, um seminário sobre corrupção e violência – como eu disse em outro artigo, não se pode falar em corrupção sem abordar o tema da violência, uma existe em função da outra, uma alimenta a outra.

Na abertura do seminário, do

qual participaram representantes dos mais variados segmentos sociais (magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, advogados, sociólogos, jornalistas, servidores da justiça, entre outros), afirmei com orgulho que era a primeira vez que

contávamos, em um seminário de grande repercussão, com a participação de líderes comunitários, debatendo a partir de sua ótica e de suas experiências nas comunidades. Lideranças que participaram do programa Justiça Cida-

dã, do TJRJ, e que, agora, atuam como multiplicadores para novas lideranças, gerando cidadania. Tenho certeza de que essa conjugação de visões tornou o seminário ainda mais enriquecedor.

Devo também ressaltar a afirmação, no encerramento do seminário, da vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, depois de enfatizar que não podemos ser reféns da violência ou da corrupção: “Eu me sinto em uma situação de desconforto com esses males, mas nem por isso sou refém deles. Temos que ter a audácia de lutar contra aqueles que lançam mão da violência e da corrupção porque o medo nos deixa mais vulneráveis.”

O seminário revelou o ineditismo de, ao final, o TJRJ anunciar uma série de compromissos – que estão sendo apreciados pela Administração – com vistas a promover a garantia dos direitos hu-

A legislação tem evoluído, mas ainda há muito a se fazer

O Tribunal se compromete a combater a degradação social



Des. Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho*

manos e o combate à degradação social. Dos compromissos, que também serão encaminhados a diversas autoridades, destaco quatro, acentuando, antes de tudo, a importância dos demais:

- Implantar sistema para controle de tramitação das ações que versem sobre responsabilidade civil e criminal decorrentes de atos de improbidade administrativa e crimes contra a Administração Pública.

- Adotar providências para integrar a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCLA) e implantar as metas que lá forem definidas.

- Implantar medidas para proteção de testemunhas e de réus colaboradores, em especial, nos casos que caracterizem corrupção e/ou lavagem de dinheiro e/ou atuação de organizações criminosas.

- Colaborar para que as estratégias de investigação criminal tenham acesso aos meios tecnológicos disponíveis no Poder Judiciário.

Orgulho-me de presidir uma Corte de Justiça que se posiciona de maneira tão clara. E, como todo cidadão de bem, espero que o Brasil, em particular o nosso querido Estado do Rio de Janeiro, possa se livrar das saúvas antes que elas engulam nossa dignidade e possibilidade de uma vida digna do nome.

* PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Inhotim: o céu é o limite no maior centro de arte da América Latina

Corriam os anos 80, quando o empresário Bernardo Paz, nome importante no mercado de minério em Minas Gerais, teve uma ideia: transformar um terreno de sua propriedade num museu a céu aberto, com as obras de arte modernista que colecionava. Em 2004, a ideia se tornou realidade: surgia o Instituto Inhotim, aberto ao público em 2006. Este ano já foi visitado por dois milhões de pessoas. É o maior centro de arte contemporânea da América Latina, dentro de um parque botânico deslumbrante.

Localizado na cidade de Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o instituto tem imensos jardins, obras de artes espalhadas em pequenas praças, vinte e duas galerias de arte e cinco lagos ornamentais. Além de lojas, restaurantes e lanchonetes.

Das vinte e duas galerias, quatro são temporárias - os espaços Lago, Fonte, Praça e Mata. As outras 18 recebem 170 obras, de Tunga, Cildo Meireles, Miguel Rio Branco, Hélio Oiticica, Neville d'Almeida, Adria-



A instalação “Troca-Troca”, 2002, de Jarbas Lopes. Três fuscas remontados com peças de cores permutadas entre si

na Varejão, Doris Salcedo, Victor Grippo, Matthew Barney, Rivane Neuenschwander, Valeska Soares, Janet Cardiff & George Miller, Doug Aitken, Marilá Dardot, Lygia Pape, Carlos Garaicoa, Carroll Dunham e Cristina Iglesias.

Mesmo que você não se ligue em artes plásticas, tenha a certeza de que sua visão de mundo vai se enriquecer.

Curiosidades

- Um dia não é suficiente para explorar todo o complexo. O passeio deve ser planejado para dois ou até três dias.
- Há uma frota de carrinhos elétricos que roda todo o parque com pontos de parada próximos às galerias.
- Inhotim é o único lugar da América Latina a exibir um exemplar da flor-cadáver, espécie nativa da Ásia e conhecida como a maior flor do mundo.
- Além das 170 obras de arte em exposição, o museu conta com 98 bancos (a maioria de madeira) do designer Hugo França.

Serviço

Quem mora no Rio de Janeiro deve ir de avião até o aeroporto de Confins e, de lá, seguir de ônibus até Brumadinho. Informações sobre preços e horários dos ônibus pelo telefone 0800-039-8846. Pode ir também de carro pela BR-040 (Rio-Minas). A viagem dura cerca de sete horas. Quanto à hospedagem, o site do instituto traz boas informações. Acesse <http://www.inhotim.org.br/visite/onde-se-hospedar/>



Criança e arte: um divertimento diferente

O que é a COLEN

Conheça o que fazem as comissões que integram o Poder Judiciário fluminense. A partir desta edição, você saberá mais sobre o trabalho destes grupos do TJRJ.

Você sabia que o TJRJ dispõe de uma comissão responsável por avaliar legislação e normas? Classificada como permanente, a Comissão de Legislação e Normas (COLEN) foi instituída pela Resolução nº 5 de novembro de 1980 e tem como objetivo opinar sobre todos os assuntos relativos à organização judiciária e aos serviços auxiliares da Justiça de primeiro e segundo graus. Seus cinco membros são eleitos para um mandato de dois anos, sendo presidida pelo desembargador mais antigo. Cabe à COLEN, por exemplo, a análise de lei orçamentária, de criação ou extinção de cargos, de reposição salarial de servidores e de alterações em resoluções já existentes, funcionando como um instrumento de auxílio ao Órgão Especial. “A COLEN prima pelo princípio da legalidade nos projetos de maior relevância no Tribunal, sendo um elo com as demais casas legislativas do estado”, explicou o presidente da comissão, desembargador Marcelo Lima Buhatem.

Audiência de Custódia: prender só quando realmente necessário

Apresentar o preso em flagrante, no prazo de 24 horas, a um juiz para que o caso seja analisado sob o aspecto da legalidade, da necessidade e da adequação da continuidade da prisão ou a eventual concessão de liberdade, com ou sem a imposição de outras medidas cautelares. Nisso consiste o Projeto Audiência de Custódia, inaugurado pelo TJRJ no dia 18 de setembro.

Para o presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando de Carvalho, “Audiência de Custódia

não visa a abrir as portas das cadeias, mas sim a evitar a prisão provisória desnecessária de um indivíduo que, preso, pode se envolver com uma facção criminosa e, desse modo, estaremos fabricando mais um marginal”.

O presidente do STF e do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, compareceu à solenidade de instalação: “A Audiência de Custódia contribui para a pacificação social, na medida em que vamos reservar a prisão apenas para os efetivamente perigosos para a sociedade.”



Encontro de corregedores-gerais define metas

Criar Comissão de Corregedores-Gerais para atuar junto ao CNJ, a fim de adequar as disposições do novo Código de Processo Civil às realidades dos Tribunais Estaduais e de suas Corregedorias. Este é o principal item da Carta do Rio de Janeiro, divulgada no

final do 69º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça (ENCOGE), realizado pelo TJRJ de 26 a 28 de agosto. A Carta traz as principais metas e diretrizes que servirão de guia aos corregedores de todo o Brasil.



FEIRA DE PRODUTOS ORGÂNICOS

De olho na sustentabilidade e nos benefícios de uma alimentação saudável, o TJRJ vai promover mais edições da feira na Rua Dom Manuel, em frente à entrada do Fórum Central.

2015: 10 de dezembro

2016: 14 e 28 de janeiro
18 de fevereiro
3, 17 e 31 de março



Mutirão de conciliações

Audiências alcançam índice de 80% de acordos



Mutirão de Conciliações: consumidores e representantes de empresas

Como parte das comemorações dos 20 anos dos Juizados Especiais Cíveis no Brasil, o TJRJ promoveu, entre 21 e 25 de setembro, um mutirão de conciliações entre consumidores e empresas. Objetivo: resolver o problema, por acordo, antes de se tornar processo.

No posto da capital, em frente ao Fórum Central, na Avenida Presidente Antonio Carlos, houve mil atendimentos. No total, em todo o estado, foram atendidos mais de oito mil cidadãos. As au-

diências de conciliação, instrução e julgamento alcançaram 80% de acordos celebrados.

Do mutirão, que faz parte do programa Redescobrimdo os Juizados Especiais, criado pela Corregedoria Nacional de Justiça, participaram 30 empresas, 13 delas com estande próprio para atendimento. Segundo o coordenador do Programa de Solução Alternativa de Conflitos (Conciliação Pré-Processual do TJRJ), juiz Flávio Citro, é necessário que empresas e clientes busquem alternativas.

A presidente da Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais (COJES), desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira, comentou: “Estamos tentando, com o mutirão, evitar que as pessoas entrem com novas ações. Nossa intenção é que o consumidor venha buscar a conciliação, uma solução para o seu problema.”

Participaram as seguintes empresas: Vivo, Claro, Tim, Ceg, Itau, Light, Oi/Telemar, Net, Casas Bahia, Ponto Frio, Sky, Ricardo Eletro, B2W (Americanas.com, Shoptime e Submarino), Santander, Losango, HSBC, Bradesco, Citibank, Unimed, Consul, Brastemp, Universidade Estácio de Sá, Gol, Amil, Samsung, Nextel e Britânia.

Alto índice de acordos

Os números atestam o bom resultado da ação. A companhia Gol, por exemplo, conseguiu chegar ao índice de 100% de acordos com seus consumidores. As empresas Tim, com 87,88%, e Nextel, com 76,19%, também conseguiram atender satisfatoriamente os clientes que as procuraram.

Números expressivos

8 mil
casos
resolvidos

80%
de índice
de acordos
no mutirão

R\$ 775 mil
foi o valor
economizado pelo
Judiciário com a
iniciativa

55%
das ações
que chegam
à Justiça são
dos Juizados

850 mil
novos processos
são recebidos
por ano
pelos JECs

Sustentabilidade: o meio ambiente é de todos

Preservar os recursos naturais, usufruir do meio ambiente com responsabilidade, suprir as necessidades da população sem comprometer o uso da natureza pelas gerações futuras. Estas são preocupações da Sustentabilidade, termo cada vez mais presente no dia a dia das instituições, empresas, escolas e casas em todo o mundo e que abrange ainda responsabilidade social.

Mas por que tem se falado tanto em sustentabilidade? Basta citar o drama da recente crise hídrica e já se percebe que não é mais possível esperar para agir. O amanhã, que antes parecia tão distante, está chegando e, com ele, os efeitos de muitos anos de despreocupação com as ações sobre o meio ambiente.

TJRJ e Ministério do Meio Ambiente

Engajado na luta pela sustentabilidade, o TJRJ já recebeu dois selos do Ministério do Meio Ambiente: o verde e o prata. O primeiro reconhece o uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos sólidos, qualidade de vida no trabalho, sensibilização e educação ambiental e contratações sustentáveis. Já o segundo analisa as instituições públicas pelo empenho na implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Panorama da sustentabilidade

- 11 prédios já têm teto verde
- 7 fóruns têm painéis solares
- 19 prédios contam com sistema de recurso das águas pluviais
- 73 bicicletários foram instalados em áreas do TJRJ

Plano de Logística Sustentável

O TJRJ mantém a Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (Cosus), presidida pelo desembargador Jesse Torres (ler mais no artigo da pág. 11), que em agosto editou o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. O documento prevê o uso racional de água, energia, papel, toner e combustível; projetos de qualidade de vida no ambiente do trabalho, licitações e construções sustentáveis, além de ações de responsabilidade social.



Fórum de Niterói: eficiência energética

O Fórum da Comarca de Niterói recebeu a etiqueta Procel-Edifica, da Eletrobras, pelo projeto para a implantação de eficiência energética nas suas edificações. Os sistemas avaliados pelo projeto no Fórum de Niterói foram o reuso do recurso hídrico, o uso de torneiras que economizam água, o sistema

de ar condicionado central e a iluminação. A iniciativa proporciona a economia de cerca de 20% com gastos públicos. A previsão é de que o projeto seja executado até 2016 e de que outros 14 prédios venham a receber projetos que busquem uma utilização mais sustentável dos recursos.



Corrupção e Violência:

Abrir espaço para discutir a violência e a corrupção com a sociedade civil e reunir propostas que ataquem esses crimes. Com essa finalidade, o TJRJ realizou o seminário *Corrupção e Violência: reféns até quando?*, de 30 de setembro a 2 de outubro. Em três dias, representantes de vários segmentos da sociedade debateram o tema, relevante e atual não só no Brasil, mas no mundo todo.

Estiveram em discussão aspectos como recuperação de detentos, violência de gênero, corrupção na política, degradação dos serviços públicos, ativismo judicial, hipercarceramento e educação em tempo integral. Ao final, foram enunciados 20 compromissos, que



“É fundamental diagnosticarmos e separarmos entre os presos aqueles que são recuperáveis. Isso fará com que o sistema carcerário volte a assumir o papel que deve desempenhar, ou seja, de recuperar o detento.”

PSIQUIATRA E ESCRITORA ANA BEATRIZ BARBOSA



“O seminário configurou um espaço democrático para consulta dos vários setores da sociedade, com a finalidade de definir compromissos para a implantação de medidas que reduzam a corrupção e a violência. O TJRJ teve a oportunidade de reunir políticos, magistrados, professores, especialistas e representantes da sociedade civil em um mesmo espaço para ouvir diversas e imprescindíveis colaborações.”

DES. CLAUDIO DELL'ORTO,

COORDENADOR-GERAL DO SEMINÁRIO

serão apreciados pela administração do Tribunal, para promover a Justiça, a garantia dos direitos humanos e o combate à degradação social.

Presente no encerramento do seminário, a vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, enfatizou que não se pode ser refém dos males da corrupção e violência.

O presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, disse que a iniciativa

revela que o Poder Judiciário não está alheio ao que ocorre à sua volta. “A realização deste seminário demonstra que o Poder Judiciário se sensibiliza com os temas que estão preocupando a nossa sociedade”, esclareceu.

Participaram também do seminário integrantes do projeto Justiça Cidadã, que capacita líderes comunitários a se tornarem agentes multiplicadores de informações básicas sobre direito, Justiça e cidadania; magistrados, políticos, defensores públicos, promotores, jornalistas e professores, entre outros. A Orquestra da Providência, projeto desenvolvido pela Associação Cultural Amigos da Providência, apresentou-se na abertura.

“Segurança pública não é só vigiar e punir. Não vamos resolver o problema da corrupção e da violência com punição, prisão ou escondendo o lixo debaixo do tapete. Temos que construir uma sociedade melhor. A corrupção é uma forma de violência.”

DESEMBARGADORA MARIA ANGÉLICA GUEDES



reféns, até quando?



Na página seguinte, os compromissos do TJRJ

Jovens do Projeto Cultural da Providência abrem com música o Seminário



“Temos que ter a audácia de lutar contra aqueles que lançam mão da violência e da corrupção porque o medo nos deixa mais vulneráveis.”

VICE-PRESIDENTE DO STF,
MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

“A percepção do que é violência não é homogênea, muda de acordo com a cultura.”

SOCIÓLOGA JACQUELINE PITANGUY



Violência da vida real

Solange Souza, 49 anos, participante do Projeto Justiça Cidadã do TJRJ, assistiu ao seminário ao lado de dezenas de outros integrantes do projeto. Vítima de abuso na infância, cometido por um parente, e com a experiência de ter perdido o único filho para as drogas aos 24 anos, Solange conhece de perto os desdobramentos da violência. Não à toa, ela, ao falar, pediu atenção das autoridades a pais e filhos que precisam se estruturar emocionalmente. “O tema escolhido tem impacto para qualquer pessoa. Saí refletindo sobre aquilo que posso tentar mudar”, afirmou Solange, que faz parte de um grupo de apoio a famílias com parentes presos. Solange gostou muito, em especial, da palestra sobre o livro *Mentes Perigosas – O Psicopata mora ao lado*, com a psiquiatra e escritora Ana Beatriz Barbosa. “Vi minha história dentro daquilo ali”, afirmou.

Compromissos do TJRJ pela valorização da dignidade humana e pelo controle da violência e da corrupção

1 Envidar esforços para integral implantação e funcionamento das varas de violência doméstica e familiar contra a mulher, inclusive com programas de acolhimento e proteção às mulheres vítimas de violência e seus filhos e desenvolvimento das políticas em prol da infância, da juventude e do idoso e outras pessoas em situação de vulnerabilidade.

2 Exigir a concretização do princípio da proteção integral da criança e do adolescente, especialmente quanto à educação pública, integral e gratuita.

3 Manter a Justiça Itinerante para facilitar acesso rápido e eficiente à prestação jurisdicional, em todo o território estadual.

4 Manter a Justiça Cidadã, programa de educação para a cidadania e de efetivação dos direitos constitucionalmente assegurados.

5 Desenvolver programa de incentivo ao conhecimento e aplicação de orientações emanadas de organizações internacionais integradas pelo Brasil e das convenções e tratados de que o Brasil seja signatário em nome de uma Justiça Cosmopolita ou Universal e de respeito ao princípio da convencionalidade.

6 Não transigir com a aplicação efetiva da Constituição, mesmo diante de clamor público contrário.

7 Manter eficiente fiscalização e controle sobre a execução das sanções penais, inclusive restritivas de direitos e sobre o monitoramento de presos à distância.

8 Manter sistema informatizado para a agilização dos processos

de execução penal, facilitando o acesso do condenado às informações sobre sua situação carcerária.

9 Estimular programas de formação e aperfeiçoamento continuado e de valorização dos agentes policiais do Estado.

10 Estimular estudos sobre a implantação do controle externo da atividade policial e de uma estrutura policial nos moldes constitucionais, republicanos e democráticos.

11 Incentivar a implantação de Patronatos para controle e acolhimento dos egressos do sistema prisional e para proporcionar a harmônica integração social do condenado.

12 Adotar medidas para controle dos estabelecimentos destinados ao abrigo de crianças e adolescentes e de execução de medidas socioeducativas, mantendo cadastro informatizado com informações atualizadas.

13 Os órgãos jurisdicionais do TJRJ empenhar-se-ão por julgar, até 30.12.2016, todas as ações civis públicas por improbidade administrativa, bem como as ações penais por crimes tipificados nos artigos 89 a 99 da Lei nº 8.666/93, aforadas no estado até 30.12.2013.

14 A Administração do TJRJ empenhar-se-á por concluir, até 30.12.2016, todos os processos administrativos, instaurados até 30.12.2015, destinados à apuração de condutas irregulares de licitantes e empresas contratadas pela administração judiciária, com vistas à imposição, se for o caso, das penalidades administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

15 Adotar providências para efetividade das metas definidas na ENCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

16 Implantar medidas para proteção de testemunhas e de réus colaboradores, em especial, nos casos que caracterizem corrupção e/ou lavagem de dinheiro e/ou organizações criminosas.

17 Colaborar para a modernização da polícia técnica e científica e para que as estratégias de investigação criminal tenham acesso aos meios tecnológicos disponíveis no Poder Judiciário.

18 Manter programas de responsabilidade social com o objetivo de possibilitar a obtenção de emprego a pessoas socialmente vulneráveis, capacitando-as para o empreendedorismo, e atividades econômicas sustentáveis e que respeitem o meio ambiente.

19 Manter programas para erradicação do subregistro de pessoas naturais, de conversão de uniões estáveis em casamento, inclusive homoafetivos e outros programas de integral efetividade da dignidade humana, como emissão de segundas vias de certidões de nascimento, retificações de certidões, troca do nome registral para o social das transgêneros, a adoção de crianças pelos casais homoafetivos e as interdições de idosos e doentes que não recebam benefícios do governo, por exemplo.

20 Manter equipe especializada em controle financeiro e de acompanhamento da execução orçamentária do Estado.

Sustentabilidade: a política do TJRJ

A estrutura organizacional do Judiciário fluminense compreende, em números redondos, 800 órgãos jurisdicionais (de primeiro e segundo grau) e 700 unidades administrativas, distribuídos pelas 82 Comarcas do estado, ocupando 150 imóveis com área total de 640 mil metros quadrados, nos quais circulam diariamente 900 magistrados, 16 mil servidores e cinco mil empregados de empresas terceirizadas, além de um contingente flutuante de membros do Ministério Público, advogados, procuradores estatais, defensores públicos e demais protagonistas dos processos. Trata-se do segundo maior Tribunal de Justiça do país, tanto em termos físicos como em volume de processos (dois milhões de ações novas distribuídas e um milhão e meio julgadas, a cada ano, do que resulta um acervo de processos em curso no total, por ora, de nove milhões).

É evidente que esse largo complexo de pessoas, edificações, instalações e serviços demanda alto consumo diário de energia elétrica, água, produtos e insumos os mais variados, gerando toneladas de resíduos, recicláveis ou não, a exigir gestão sustentável nos três segmentos de sua integrada e interdisciplinar abrangência – social, econômica e ambiental.

Tal o cenário que levou a administração judiciária estadual, em 2010, a aderir a convênio – já renovado até 2018 – proposto pelo Ministério do Meio Ambiente, que instituiu a chamada Agenda Ambiental da Administração Pública brasileira, entrelaçando os três Poderes constituídos, em todos os entes integrantes da Federação, daí a sigla A3P.

Das proposições da A3P é possível extraírem-se os eixos temáticos

que balizam a concepção de políticas, objetivos e metas de sustentabilidade, tal como adotados pelo Judiciário fluminense.

No **eixo do uso racional dos recursos naturais e bens públicos** situam-se os projetos de reforma ou de edificação de prédios do Judiciário fluminense, que destacam preocupações objetivas com eficiência energética, utilização de materiais de mínimo impacto ambiental e processos construtivos redutores desses impactos.

O **eixo do gerenciamento de resíduos** instituiu a separação obrigatória dos resíduos recicláveis daqueles não recicláveis.

O **eixo da educação e sensibilização ambientais** parte da premissa de que a maioria das pessoas ainda não tem consciência dos impactos socioambientais que elas próprias produzem. Assim também ocorre com os servidores públicos, daí a importância de formar-se uma nova cultura institucional, nas atividades meio e fim do setor público, mediante ações educativas.

A Escola da Magistratura mantém um fórum permanente de direito ambiental, promotor de eventos e palestras de especialistas e autoridades; oferece um módulo de direito ambiental no programa do curso de pós-graduação em direito administrativo e um curso de pós-graduação em direito ambiental.

Ao **eixo da qualidade de vida no ambiente laboral** importa a melhoria da qualidade do ambiente de trabalho, onde o servidor exerce suas atividades e passa a maior parte de sua vida profissional ativa, por isso o con-



Des. Jessé Torres Pereira Junior*

ceito abarca aspectos físicos, ambientais e psicológicos.

O **eixo das contratações e licitações administrativas** estruturou-se a partir da Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, introdutora

de modificações que abrem um novo ciclo para a gestão dos contratos públicos, qual seja o da incorporação, como cláusula geral obrigatória, do desenvolvimento nacional sustentável. As repercussões dessa cláusula sobre as várias fases

do processo administrativo das contratações de compras, obras e serviços são intensas, em extensão e profundidade.

Três lições desde logo se insinuam: 1ª, a pergunta inteligente não é a que indaga qual o custo da sustentabilidade, mas, sim, qual o custo de ser a sustentabilidade ignorada, nesta geração e nas vindouras; 2ª, a de que, ao contrário do que imaginavam os economistas clássicos, não é a oferta que produz a demanda, porém esta é que condiciona aquela; 3ª, a de que a sustentabilidade há de gerar um novo paradigma para identificar-se, nas contratações de compras, obras e serviços pela administração pública, a proposta mais vantajosa, que tenderá a ser a de menor preço entre as que cumprirem os requisitos da sustentabilidade, destinando-se à desclassificação as de preço inferior, mas em oposição àqueles requisitos.

Eixos temáticos balizam nossos objetivos de sustentabilidade

Alto consumo de energia, água e insumos exige gestão sustentável

* PRESIDENTE DA COMISSÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DO TJRJ.

Joel Rufino, a delicadeza e a firmeza a favor do homem

Ele era um intelectual de extensa bagagem. Professor, historiador, escritor, homem público, defensor dos direitos humanos e, em especial, dos direitos dos negros e da população de baixa renda.

Um intelectual lutador, de pôr as mãos na massa. Não almejava honrarias, queria trabalhar a favor daquilo em que acreditava. E acreditava nos homens e nas mulheres que amavam o próximo.

Sempre pronto para trocar informação e experiência com o outro. Falava baixo, às vezes muito baixo,



mas era forte na hora de expor ou defender uma ideia, seus ideais.

Joel Rufino dos Santos, o professor Joel para os colegas de tra-

balho. Joelzinho para os, 50 anos atrás, colegas da Faculdade Nacional de Filosofia, a famosa FNFi, com os quais mantinha papos filosóficos, políticos e ideológicos.

A delicadeza e a firmeza. Armado dessas duas qualidades, combateu a ditadura militar, tendo de se exilar. De volta ao Brasil, lecionou, escreveu mais de 50 livros, trabalhou em órgãos governamentais. De fevereiro a setembro deste ano, foi diretor-geral de Comunicação do TJRJ. Complicações advindas de uma cirurgia cardíaca interromperam sua caminhada quando ele transformava em realidade projetos que visavam a aproximar o Judiciário da população, como o Projeto Cultura é Justiça, do qual fizeram parte a encenação do Desenforcamento de Tiradentes e o baile Charme, muito bem recebidos pelo público.

Aqui ele plantou uma semente.

No Antigo Tribunal, o choro que não desafina

No passado, palco de concorridos julgamentos. Hoje, espaço de manifestações culturais e artísticas. No dia 12 de setembro, sábado, o som da flauta, do bandolim, do violão de sete cordas tomou o Antigo Tribunal do Júri, com o espetáculo *Quando o Choro é Justo*, dentro do Projeto Justiça é Cultura. Na plateia, mais de 200 pessoas.

Foram seis horas de palestras e de música de alta qualidade, mostrando o que há de melhor nos 150 anos do chorinho, ritmo tipicamente carioca, e destacando o talento de compositores e intérpretes como Garoto, Jacob do Bandolim e César Faria - os dois últimos servidores do Tribunal de Justiça.

Músicos e público homenagearam Joel Nascimento, 78 anos,

considerado o maior chorão vivo, autor de mais de 40 músicas, tendo gravado 20 discos, dois deles nos Estados Unidos, um no Japão e um na Alemanha.

De Joel para Joel

Em momento de grande emoção, o músico Joel Nascimento prestou uma homenagem ao xará Joel Rufino, executando o choro *Sensível*, de Pixinguinha. Nada mais apropriado e justo. Joel Rufino tinha a sensibilidade à flor da pele e, nos sete meses à frente da Diretoria-Geral de Comunicação do Tribunal, disseminou a ideia de que a Justiça é para todos e, para isso, deve se aproximar daqueles que se sentem desamparados por ela: os desprovidos de recursos.



Quando o Choro é Justo: música de qualidade

Dia do Servidor: tarde de autógrafos

A Diretoria Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGCOM) comemorou o Dia do Servidor de modo especial. Com muita música e poesia no Museu da Justiça. O evento *Literatura na Justa Medida* deu a servidores escritores a oportunidade de apresentarem suas obras numa tarde de autógrafos. Houve ainda sarau de poesias, declamadas pelos autores, e, encerrando a festa, a apresentação do Coral da Mútua dos Magistrados. Participaram 15 servidores escritores.



Arte e Inclusão descobre talentos



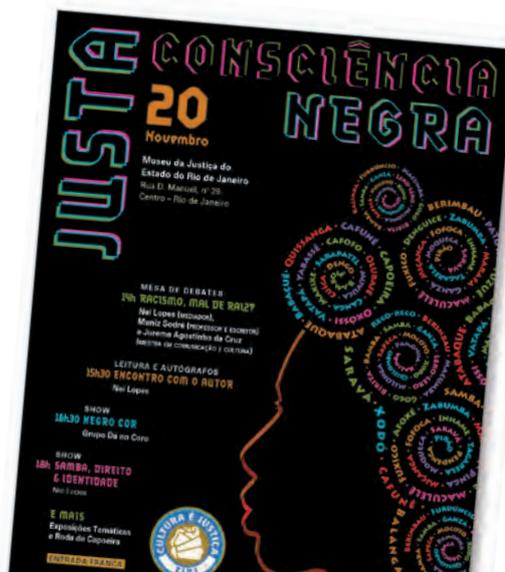
Rita de Cássia: aula no Projeto Arte e Inclusão, desenvolvido pelo Deape

Ao entrar no TJRJ no ano de 2000, como analista judiciária, Rita de Cássia Pires se afastou do ateliê em que era professora de desenho. Há três anos, voltou a dar aula no Projeto Arte e Inclusão, desenvolvido pelo Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (Deape), em parceria com a Associação Beneficente dos Amigos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Abaterj).

O objetivo do projeto é capacitar e sensibilizar os participantes de iniciativas de inclusão social, a partir de trabalhos manuais. “Eu acho que muita gente descobre aqui um talento que nem sabia que tinha. Para os meninos dos projetos sociais, é a possibilidade de se iniciar numa carreira”, destacou Rita de Cássia, que é a chefe de serventia da 2ª Vara Criminal da Capital.

Dia da Consciência Negra

No dia 20 de novembro, em comemoração ao Dia da Consciência Negra, o TJRJ realizou o evento *Justa Consciência*. Durante a festividade, houve debates sobre a discriminação racial e uma sessão de leitura com o compositor e escritor Nei Lopes, além de shows que exaltaram a cultura afro.



Livro de servidor traz dicas para concursos

Servidor do TJRJ há 15 anos, o comissário de Justiça Aloizio Sinuê da Cunha Medeiros lançou o livro *Direito Administrativo e Direito Constitucional Simplificado*, que já é o terceiro mais vendido da editora Ferreira. Lotado atualmente em Volta Redonda, Aloizio, que também é professor universitário e de cursos preparatórios para concursos, diz que o trabalho no TJRJ o ajuda a enriquecer a sua experiência na sala de aula, apontando problemas e respectivas soluções. “A ideia de lançar o livro foi para ajudar os concurreseiros, sejam meus alunos ou não”, afirmou.



Aposentadoria: cartilha instrui servidor

O técnico de atividade judiciária Luciano de Moura, lotado na Diretoria Geral de Gestão de Pessoas, lançou a *Cartilha de Aposentadoria do Servidor Público*, um guia prático para auxiliar os servidores a identificarem sua situação previdenciária e compreenderem as regras da aposentadoria. A cartilha pode ser adquirida pelo telefone (21) 982737216, pelo e-mail cartilhadeaposentadoria@gmail.com e nos quiosques no Fórum Central.

SAÚDE

Pilates: o bem-estar ao alcance de todos

Falta de tempo, correria, estresse, vícios de postura, flacidez. Esses e outros problemas você pode superar de modo simples e comprovadamente eficaz: praticando Pilates. O método de condicionamento físico e mental criado pelo alemão Joseph Pilates (1880-1967) proporciona, a partir de exercícios suaves e de forma integrada e individualizada, o alongamento e a fortalecimento do corpo. Propõe também uma relação mais tranquila do indivíduo com o mundo, bem próxima da leveza da Ioga.

Por serem exercícios de baixo impacto, sem o uso de pesos e de poucas repetições, o Pilates pode ser praticado por qualquer um, desde atletas profissionais até pessoas sedentárias. Homens e mulheres com problemas ósseos e musculares, além de dores crônicas, têm cada dia mais procurado o Pilates. Até a forma de respirar é reaprendida de maneira a ajudar no combate ao estresse e à ansiedade.

Como qualquer tipo de ginástica, o Pilates deve ser acompanhado por um profissional qualificado.

Principais benefícios do Pilates

- Combate o estresse
- Ameniza dores
- Melhora a respiração
- Corrige a postura
- Melhora o desempenho na corrida
- Trabalha os músculos
- Melhora a flexibilidade
- Estimula a coordenação motora
- Previne fraturas osteoporóticas

105º Encontro do Conselho dos TJs

Uma carta de compromissos assinada pelos presidentes dos TJs estaduais foi o resultado final do 105º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, realizado no Rio de Janeiro entre 21 e 24 de outubro. Participaram representantes do Poder Judiciário de cada estado da Federação.

Entre os compromissos firmados na Carta do Rio de Janeiro, estão o de buscar diminuir a judicialização em cobranças de dívidas ativas e o de atuar com rigor para agilizar processos dos chamados “crimes

do colarinho branco”. O documento também aponta preocupações e desafios a serem enfrentados pelos tribunais.

Para o presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando, “os tribunais saíram fortalecidos pelo intercâmbio de ideias e mais conscientes da responsabilidade social e constitucional que tem o Poder Judiciário”.

Já a vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, destacou que a população ainda acredita nas instituições.



Plano Estratégico: o Tribunal mais perto da sociedade

O Plano Estratégico do TJRJ para o biênio 2015/2016 estabeleceu as diretrizes tendo como objetivo aproximar o Tribunal cada vez mais da sociedade. Foram criados 26 projetos, alguns já em execução, divididos em oito Temas Estratégicos, a serem trabalhados internamente. São eles: Prestação Jurisdicional, Governança Institucional, Comunicação Institucional, Promoção de Direitos da Cidadania, Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação, Estrutura Predial, Logística e de Segurança e Orçamento e Finanças.

Violência contra a mulher, novo portal

O combate à violência de gênero contará com mais um aliado, o Observatório Judicial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Por esse portal, o cidadão poderá acompanhar a movimentação processual de casos relacionados à violência de gênero, além de conferir estatísticas, informações, campanhas e notícias ligadas ao assunto. O objetivo do Observatório é promover iniciativas e medidas destinadas a erradicar o problema social da violência doméstica e de gênero.

Lançado o Portal da Infância e da Juventude

Foi lançado o novo portal da Infância e da Juventude do TJRJ, sob a coordenação da juíza Raquel Chrispino, da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude e Idoso (CEVIJ), e da desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira, da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI). “Os juizes do Rio fazem muitas coisas boas e temos de dar visibilidade a elas. Estamos aqui para tornar

o portal um veículo conhecido de todos”, afirmou a juíza na cerimônia de lançamento.

No endereço eletrônico <http://infanciaejuventude.tjrj.jus.br/> há informações sobre adoção nacional e internacional, direitos das crianças, cartilhas, legislação, links úteis e outros itens ligados à área, além de dados de boas práticas desenvolvidas por juizes da Infância e da Juventude, como o projeto Apadrinhamento.



Juíza Raquel Chrispino apresenta o Portal da Infância e da Juventude

Projeto Uni-Duni-Tê, o adolescente vira cidadão

Levar os jovens que cumprem medidas socioeducativas no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) a conhecer seus direitos e deveres como cidadãos, aprendendo a enfrentar a vida e o mundo de forma digna. Este é o objetivo do Projeto Uni-Duni-Tê – A Justiça com Você, criado pelo Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (Deape) do TJRJ e que terminou sua primeira etapa em outubro.

Magistrados e profissionais especializados deram palestras sobre temas como a Constituição Federal e os estatutos do Torcedor e da Criança e do Adolescente. O interesse demonstrado por eles surpreendeu a juíza titular na Vara de Infância e Juventude da Capital, Lucia Mothe Glioche. “Percebi que muitos nem mesmo entendiam o que estava acontecendo com eles. Esse esclarecimento é muito importante para que possam compreender o momento que estão vivendo”, afirmou.

A coordenadora do Projeto, psicóloga Márcia Fayad, destacou a importância de incluir nos debates os alunos das outras escolas públicas do Estado.

Projeto Apadrinhar é estendido a todo o Estado do Rio



Juiz Sergio Luiz Ribeiro de Souza

Crianças e adolescentes que vivem em abrigos no Estado do Rio de Janeiro ganharam a esperança de construir laços afetivos com famílias dispostas a ajudar. Inicialmente restrito aos bairros da Zona Oeste, foi lançado, em todo o território fluminense, o Projeto de Apadrinhamento, criado pelo juiz Sergio Luiz Ribeiro de Souza, da 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da capital.

Qualquer pessoa ou empresa pode colaborar com o desenvolvimento de uma ou mais crianças e adolescentes ou instituições de acolhimento. Há três tipos de apa-

drinhamento: afetivo, colaborador e provedor.

O juiz Sergio Luiz ressaltou que o apadrinhamento não é um atalho para a adoção. “O apadrinhamento é um projeto independente e tem o objetivo de dar uma oportunidade a crianças e adolescentes que já cresceram e estão fora da idade preferida para adoção”, explicou o magistrado.

O Projeto de Apadrinhamento está entre os finalistas do XII Prêmio Innovare, edição de 2015.

Os tipos de apadrinhamento

AFETIVO: o padrinho estabelece vínculos externos ao abrigo, como visitas, passeios e comemoração de datas especiais.

COLABORADOR: o padrinho pode contribuir com a prestação de serviços ao abrigo.

PROVEDOR: o padrinho oferece suporte material ou financeiro a crianças e adolescentes ou às instituições de acolhimento.

“O negro costuma entrar no Tribunal como réu. É o mais comum. É preciso fazê-lo entrar agora como criador de belezas, como artista, como um pensador. É por isso que nos eventos do Tribunal de Justiça você começa a ver pobre e negro, porque nós queremos que eles venham falar conosco, fazer ouvir sua voz”.

Declaração de Joel Rufino,
em 29 de Agosto de 2015,
durante o Baile Charme
organizado pelo TJRJ.

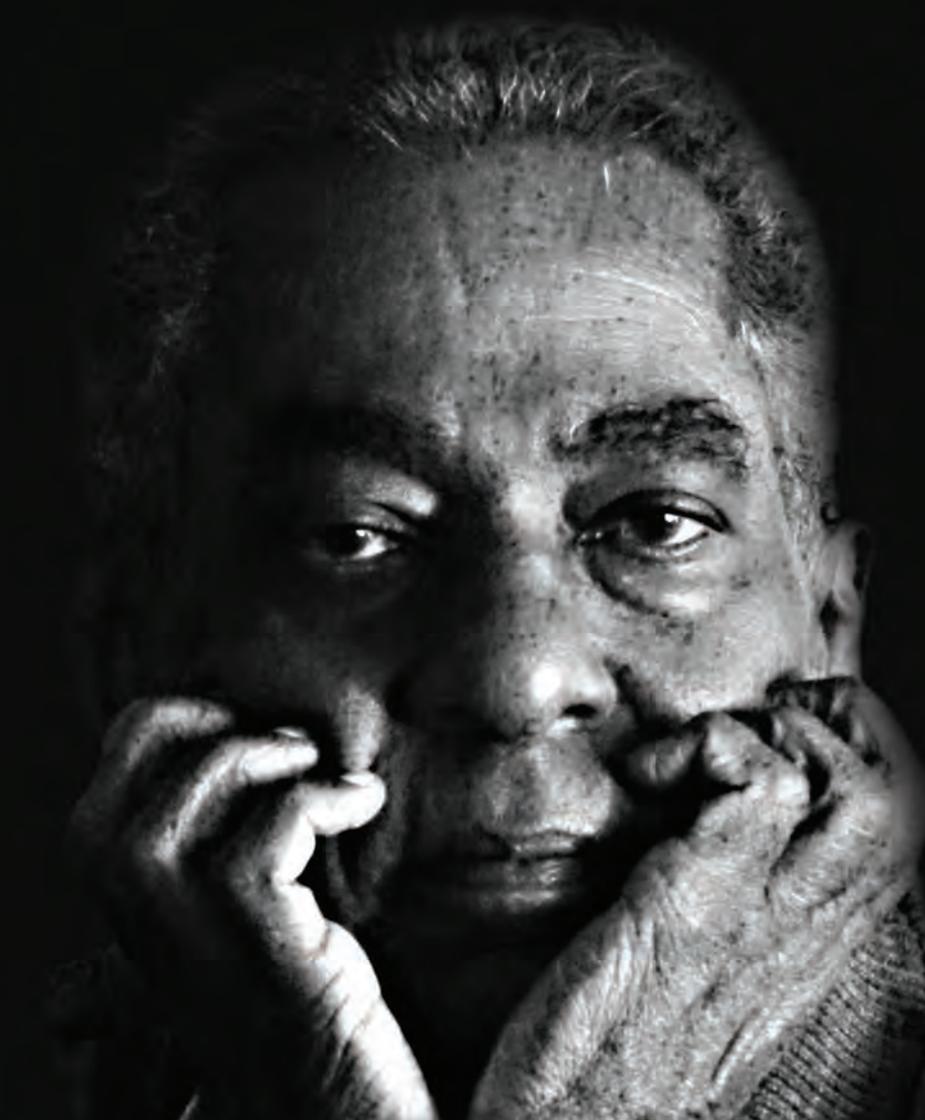


Foto: Evandro Teixeira

JOEL RUFINO DOS SANTOS
1941 - 2015

EXPEDIENTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJRJ)

Av. Erasmo Braga, 115 - Rio de Janeiro - RJ - TEL: (21) 3133-2000 - www.tjrj.jus.br

PRESIDENTE: Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho • CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA: Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo

1º VICE-PRESIDENTE: Maria Inês da Penha Gaspar • 2º VICE-PRESIDENTE: Nilza Bitar • 3º VICE-PRESIDENTE: Celso Ferreira Filho

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMERJ • DIRETOR-GERAL: Caetano Ernesto da Fonseca Costa

REVISTA COMPARTILHE • TIRAGEM: 3.000 exemplares

DIRETORIA-GERAL DE COMUNICAÇÃO E DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO (DGC/M) • DIRETOR-GERAL: Joel Rufino dos Santos (in memoriam)

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (DECOI) • DIRETORA/EDITORA: Regina Lunière • REDATOR: Marco Antonio Gay

REPÓRTERES: Diego Pereira Carvalho, Felipe Barreto, Gustavo Lethier, Jéssica Lima, João da Matta, Mariana Bazílio, Paulo

Cesar Fonseca e Sílvia Fernandes • PROJETO GRÁFICO: Maria Lúcia Braga (SECOM) • 4ª CAPA: Jony Anderson Souza Ramos (SECOM)

FOTOGRAFIA: Brunno Dantas, Luís Henrique Vicent e Flavio Porto • IMPRESSÃO: Gráfica do TJRJ (DGL/Log/SEGRA) • EMAIL: assessoria-deimprensa@tjrj.jus.br • TEL: (21) 3133-2593

Compartilhe



CAPA Foto montagem sobre
Corrupção e Violência: Reféns,
até quando?, seminário
realizado pelo TJRJ